Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

Artigo original • Acesso aberto

Da mobilização à gestão? Reconfigurações da ação política nas organizações da agricultura familiar na Zona da Mata mineira

From mobilization to management? Reconfigurations of political action in family farming organizations in the Zona da Mata region of Minas Gerais

Elisa de Jesus Garcia

Resumo
Este artigo analisa as dinâmicas de interação entre organizações da agricultura familiar e o Estado a partir da implementação de políticas públicas territoriais na Zona da Mata Mineira. Com base em pesquisa qualitativa realizada em dez municípios da região, o estudo examina como sindicatos, associações e cooperativas, historicamente constituídos por meio de repertórios de mobilização e confronto, passaram a atuar em espaços institucionais de participação social no contexto das políticas de desenvolvimento rural implementadas a partir dos anos 2000. Argumenta-se que a inserção institucional ampliou a capacidade de incidência política dessas organizações, mas também reconfigurou suas dinâmicas internas, produzindo disputas por representação, redefinições de lideranças e conflitos que culminaram em processos de fragmentação organizativa. O artigo contribui para o debate sobre movimentos agrários, participação e políticas públicas, evidenciando como a participação institucional se constitui, simultaneamente, como estratégia de fortalecimento e como arena de disputas de poder no interior dessas organizações.
Palavras-chave: Agricultura familiar. Movimentos sociais. Sindicalismo rural. Políticas públicas. Ação política.

Abstract
This article analyzes the dynamics of interaction between family farming organizations and the State through the implementation of territorial public policies in the Zona da Mata region of Minas Gerais, Brazil. Based on qualitative research conducted in ten municipalities, it examines how unions, associations, and cooperatives—historically shaped by repertoires of mobilization and confrontation—have come to operate within institutional spaces of social participation since the 2000s. It argues that institutional engagement has expanded these organizations' capacity for political influence while simultaneously reconfiguring their internal dynamics, generating disputes over representation, redefining leadership, and fostering conflicts that have led to organizational fragmentation. The article contributes to debates on agrarian movements, participation, and public policies by showing how institutional participation operates both as a strategy for strengthening organizations and as an arena of power struggles within the movements.
Keywords: Family farming. Social movements. Rural unionism. Public policies. Political action.

Citação sugerida
GARCIA, Elisa de Jesus. Da mobilização à gestão? Reconfigurações da ação política nas organizações da agricultura familiar na Zona da Mata mineira. Revista IDeAS, Rio de Janeiro, v. 20, p. 1-32, e026011, jan./dez. 2026.

DOI: https://doi.org/10.36920/2bbe4570

Licença: Creative Commons - Atribuição/Attribution 4.0 International (CC BY 4.0).

Submissão:
13 abr. 2026

Aceite:
19 jun. 2026

Publicação:
12 ago. 2026

Introdução

Nas últimas décadas, a literatura sobre movimentos sociais tem demonstrado que a aproximação entre organizações da sociedade civil e o Estado alterou profundamente as formas de ação coletiva em diferentes contextos nacionais. A expansão de instituições participativas, programas públicos e espaços permanentes de negociação produziu novas modalidades de interação socioestatal, nas quais organizações historicamente orientadas pela contestação passaram também a atuar na formulação, implementação e gestão de políticas públicas (Abers; Serafim; Tatagiba, 2014; Abers; Von Bülow, 2011; Silva, 2015). Embora esse deslocamento tenha ampliado as possibilidades de incidência política dos movimentos sociais, permanece menos compreendido como esses processos reconfiguram suas dinâmicas internas, seus mecanismos de representação e as próprias relações de poder entre suas lideranças.

Recentes estudos sobre as relações entre movimentos sociais e Estado no Brasil apresentam, ainda, um conjunto de questionamentos a respeito das implicações da ação institucional para as organizações e os movimentos sociais (Tatagiba, 2011; Silva; Schmitt, 2012; Silva, 2015). Entre os temas apontados, estão a combinação entre contestação e ação institucional ocorrida nos espaços de políticas públicas, bem como a capacidade dessas organizações e movimentos para atuar de forma conjunta com agências do Estado, considerando os custos e os limites dessa atuação e as mudanças provocadas pela opção pelo caminho da ação política institucional. Tais estudos também têm indicado limitações nas correntes analíticas que colocam em lados opostos ações reivindicativas e propositivas e se assentam na ideia de uma reduzida probabilidade de esses movimentos manterem sua autonomia diante da aproximação com o Estado.

Este artigo propõe analisar as dinâmicas organizativas da agricultura familiar na Zona da Mata Mineira a partir da implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural. Argumenta-se que a institucionalização não deve ser compreendida como uma simples transição da mobilização para a gestão, mas como um processo relacional que reorganiza o campo político da agricultura familiar, produzindo novas hierarquias internas, redefinindo critérios de representação e desencadeando conflitos no interior das próprias organizações.

Com base em pesquisa qualitativa realizada em dez municípios da região, o estudo examina como sindicatos, associações e cooperativas, historicamente constituídos por meio de repertórios de mobilização e confronto, passaram a disputar recursos, legitimidade e autoridade no interior dos espaços participativos e das políticas públicas. Demonstra-se que a inserção institucional ampliou a capacidade de incidência política dessas organizações, mas, simultaneamente, intensificou disputas internas, culminando em processos de fragmentação organizativa que revelam a dimensão produtiva do

conflito na trajetória dos movimentos agrários.

Ao analisar a tensão entre contestação e institucionalização como processo de reconfiguração da ação política, o artigo contribui para o debate sobre movimentos agrários, participação e políticas públicas, oferecendo uma interpretação que ultrapassa as categorias normativas de cooptação ou fortalecimento e enfatiza os efeitos estruturantes das interações socioestatais na constituição das dinâmicas organizativas rurais contemporâneas.

Metodologia

O estudo concentrou-se em dez municípios (Muriaé-MG, Tombos-MG, Miradouro-MG, Araponga-MG, Espera Feliz-MG, Divino-MG, Eugenópolis-MG, Carangola-MG, Fervedouro-MG e Rosário da Limeira-MG), que compõem uma espécie de núcleo do movimento político de organização dos agricultores familiares da região. Foi nesses municípios que se fundaram os primeiros sindicatos de trabalhadores(as) rurais da região e, a partir deles, organizou-se a chamada "Articulação Sindical da Zona da Mata", que tinha como atribuições centrais expandir o movimento sindical e conduzir o trabalho regional de organização política. Destaca-se que é desses municípios (ou que estão localizadas neles) que provêm as principais lideranças da agricultura familiar, as quais se dedicaram, ao longo dos últimos anos, ao processo político de organização sindical e partidária dos(as) agricultores(as), e foi com elas que se realizaram as principais entrevistas deste trabalho. Foram também essas lideranças que tiveram papel expressivo na construção de uma dimensão regional da luta política, fundando e ocupando cargos nas principais organizações regionais da agricultura familiar.

A pesquisa foi realizada a partir das seguintes etapas: (i) identificação e análise dos documentos institucionais dos sindicatos e organizações estudados, do movimento sindical rural e das políticas públicas; (ii) construção de um roteiro de orientação para a realização das entrevistas; (iii) realização e transcrição das entrevistas; e (iv) análise dos dados. A análise documental compreendeu uma importante etapa do trabalho. Foram identificados e analisados os principais documentos institucionais produzidos pelos sindicatos, principalmente atas de reuniões da diretoria, assembleias e encontros, para que fosse possível compreender os principais componentes históricos e sociais da trajetória dessas organizações, bem como suas estratégias de atuação e definição de prioridades ao longo dos anos. O estudo desses documentos teve como objetivos identificar os temas discutidos, as etapas da construção de estratégias de ação e da agenda de trabalho, além de observar os dilemas compartilhados, as disputas e os conflitos existentes.

Buscou-se compreender as principais categorias sociais mobilizadas pelo movimento sindical (aquelas com as quais atua e em relação às quais se

opõe); identificar as principais lideranças envolvidas com o movimento sindical e a rede de movimentos sociais da região; identificar as abordagens sobre o Estado, as políticas públicas e a participação em conselhos; apreender os principais temas com os quais essas organizações estão envolvidas, quais são suas referências (como se formam e como mudam), quais posicionamentos elas traduzem, quais visões de mundo e de mudança social expressam, como compreendem a luta política e qual é a percepção sobre seu próprio papel. Além disso, foi realizado um estudo das principais publicações institucionais relacionadas às políticas públicas de desenvolvimento rural com as quais as organizações sociais estão envolvidas.

Ao longo da pesquisa de campo, realizada entre 2016 e 2019, participei de reuniões dos sindicatos e de organizações sociais que atuavam junto aos agricultores familiares da região, como associações, cooperativas e organizações não governamentais, além de seminários, reuniões em comunidades rurais, reuniões em conselhos de políticas públicas, encontros municipais, regionais e territoriais, entre outros eventos pertinentes ao tema da pesquisa e que contribuíram para subsidiar a análise. A análise documental e a observação participante subsidiaram uma etapa importante da pesquisa: o registro das falas das lideranças.

As entrevistas foram realizadas com diferentes atores sociais, entre agricultores(as) familiares, trabalhadores(as) rurais, lideranças políticas, diretores(as) sindicais e dirigentes de organizações não governamentais. O critério para a escolha desses atores sociais foi seu envolvimento com a luta política da região e com as organizações sindicais. Em especial, foram selecionadas lideranças que possuíam uma trajetória de atuação regional nos movimentos sociais da Zona da Mata, muitas das quais ocupavam, desde a década de 1980, importantes papéis como mobilizadoras e articuladoras em diferentes organizações sociais e em órgãos públicos, em distintos momentos históricos. O registro da trajetória dessas lideranças foi fundamental para compreender as mudanças nas características da ação política desse conjunto de atores, confrontar os distintos contextos políticos e sociais em que essa ação ocorreu e investigar, a partir de uma perspectiva histórica, o modo como se constituem os repertórios de ação política dos atores sociais da pesquisa, sua dinâmica de representação política e seus mecanismos de inclusão e exclusão no campo político.

Os roteiros para as entrevistas foram elaborados a partir das evidências iniciais coletadas, principalmente, por meio da análise dos documentos da organização e das observações e percepções advindas da participação em espaços e momentos de socialização envolvendo os atores da pesquisa. As questões elaboradas buscaram conduzir as entrevistas de modo a permitir a flexibilidade essencial ao processo de registro oral e, ao mesmo tempo, possibilitar a obtenção de informações essenciais ao alcance dos objetivos propostos. Elas buscaram apreender a trajetória dos(as) entrevistados(as), sua

origem social, sua inserção na luta política, os aspectos de seu engajamento (ou desengajamento) político, sua percepção sobre os limites e alcances de sua ação política e suas concepções e análises a respeito da ação sindical e das relações e estratégias que a compõem. De modo geral, as questões contribuíram para a obtenção de informações sobre os grupos sociais que compõem as organizações, a trajetória dos sindicatos, a constituição de sua base, os diferentes agentes que integram seu campo de ação política, suas estratégias de organização e articulação política, suas relações no campo político, as políticas públicas implementadas pelas organizações sindicais, as atividades desempenhadas a partir delas e as percepções a respeito dessa atuação.

Agricultura familiar e novas interações entre movimentos sociais e Estado

A literatura sobre movimentos sociais tem demonstrado que a aproximação entre organizações da sociedade civil e o Estado produziu mudanças importantes nas formas de ação coletiva, especialmente após a ampliação das instituições participativas e das políticas públicas implementadas a partir da redemocratização brasileira. Longe de representar simplesmente a substituição da contestação pela cooperação, a institucionalização passou a ser compreendida como um processo de construção de repertórios híbridos de interação entre movimentos sociais e Estado (Abers; Von Bülow, 2011; Abers; Serafim; Tatagiba, 2014; Silva, 2015). Essa perspectiva desloca o foco analítico da dicotomia entre autonomia e cooptação para as formas pelas quais a ação institucional reorganiza estratégias políticas, capacidades organizativas e relações de poder.

No período da ditadura militar, o exercício, pelos sindicatos, do papel de executores de políticas públicas de seguridade social e prestadores de serviços, como assistência médica e odontológica, aparece na literatura como uma forma de controle do Estado sobre essas organizações, implicando, em alguns casos, uma série de limitações ao exercício de seu papel político de representação dos(as) trabalhadores(as) (Medeiros, 1989; Martins, 1990; Houtzager, 2004).

Com um novo cenário político nacional, no processo de redemocratização surgiram novas expectativas quanto ao papel dos sindicatos, em sua maioria expressas por meio do chamado Novo Sindicalismo, que trouxe como premissas a não intervenção do Estado na ação sindical, a autonomia em relação aos partidos políticos e o protagonismo dos(as) trabalhadores(as) na condução dessas organizações. No meio rural, ao longo dos anos 1980, inúmeros sindicatos foram fundados em todo o país, ocorrendo um aumento significativo da capilaridade dessas organizações e de sua consolidação

enquanto representantes políticos de importantes categorias sociais (Medeiros, 1989; Alves, 1989; Antunes, 1995)[1].

No caso do sindicalismo rural, esse processo assumiu características particulares. Se, durante o período autoritário, a proximidade entre sindicatos e Estado foi frequentemente interpretada como mecanismo de controle institucional (Medeiros, 1989; Martins, 1990; Houtzager, 2004), a redemocratização inaugurou um cenário distinto, marcado pela ampliação da capacidade de incidência política dessas organizações. A emergência do chamado Novo Sindicalismo Rural significou não apenas maior autonomia em relação ao Estado, mas também a construção de novos canais de interlocução capazes de influenciar a formulação de políticas públicas destinadas ao campo.

Já a partir de meados da década de 1990, com o crescente reconhecimento político e social da agricultura familiar, a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e de outras políticas públicas direcionadas ao meio rural, juntamente com a emergência de espaços institucionais de participação social, os sindicatos de trabalhadores(as) rurais, associações e cooperativas de agricultores tiveram seus meios de atuação institucional ampliados. A partir desse período, houve um estreitamento entre as ações empreendidas pelo Estado junto à agricultura familiar e as pautas priorizadas pelos sindicatos na construção de sua agenda e na definição de suas áreas de atuação. Estudos recentes evidenciaram alguns aspectos da atuação dos sindicatos em espaços institucionais de participação social e na implementação de políticas públicas, principalmente nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs), ligados ao Pronaf, e nos Colegiados Territoriais (Schneider et al., 2009).

A construção de políticas públicas para o meio rural e a institucionalização de um lugar para a agricultura familiar entre os órgãos de governo estiveram presentes na pauta de luta dos movimentos sociais de forma prioritária nas décadas anteriores, de modo especial, dos movimentos ligados ao sindicalismo rural, cuja confederação, a Contag, destacava-se como importante ator político no cenário nacional. A própria criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), enquanto espaço institucional de formulação e gestão dessas políticas, é resultado de um conjunto de reivindicações desses movimentos, os quais tiveram o Estado como interlocutor privilegiado na luta pelo atendimento público de suas demandas e interesses (Grisa; Schneider,

[1] O aumento do número de sindicatos na década de 1980 remonta à intensa mobilização social que vinha ocorrendo no país desde o final dos anos 1970, principalmente em oposição ao regime ditatorial e pela conquista de direitos civis, entre eles o direito de se organizar politicamente. Essas lutas contribuíram para o fortalecimento de iniciativas de organização social e política de diferentes atores sociais, tanto no campo quanto na cidade. A partir do final da década de 1970, esses grupos voltaram a atuar de forma mais sistemática, inclusive na fundação de associações comunitárias e sindicatos. No caso destes últimos, a atuação da Igreja Católica e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada em 1983 como resultado desse processo de mobilização e organização social, também colaborou para seu surgimento em todo o país.

2015).

Cortes e Silva, destacam que

> A nova geração de políticas públicas representa, em alguma medida, a capacidade dos atores sociais representantes da agricultura familiar de interferirem na ação do Estado, pressionando por ações governamentais que atendam às suas demandas e contem com instrumentos de participação da sociedade. Políticas públicas, como o Pronaf, foram elaboradas e têm sido implementadas a partir da capacidade dos movimentos sociais rurais de interferirem na dinâmica de funcionamento do Estado e da gestão pública. É preciso compreender as estratégias, as ações e as relações de poder que permeiam esses processos também a partir do contexto local (Cortes; Silva, 2010, p. 427).

Essa perspectiva permite compreender as políticas públicas não apenas como respostas estatais às demandas sociais, mas também como arenas de produção de capacidades políticas. A participação das organizações da agricultura familiar na implementação dessas políticas implicou a incorporação de novas competências, novas formas de coordenação organizacional e novos mecanismos de mediação entre agricultores e Estado. Nesse sentido, a institucionalização deixa de ser compreendida apenas como abertura de oportunidades políticas e passa a constituir um processo capaz de reorganizar internamente os próprios movimentos sociais.

O Pronaf inaugurou, portanto, uma geração de políticas públicas cuja formulação e implementação contaram com a participação ativa e com a relevante pressão social de diferentes movimentos sociais rurais. Criado em 1996, cerca de dez anos após o início do processo de redemocratização política do país, o Programa constituiu-se como resultado de um conjunto de reivindicações de movimentos e organizações ligados(as) aos(às) trabalhadores(as) rurais e agricultores(as) familiares[2].

É principalmente por meio das organizações sociais que ocorre a representação dos agricultores na implementação de políticas públicas para a agricultura familiar. Como exemplos, podem ser citados o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), entre outros.

O interesse analítico deste artigo não reside na avaliação dos resultados das políticas públicas em si, mas nos efeitos produzidos por sua implementação sobre a dinâmica organizativa da agricultura familiar. A questão central consiste em compreender como a participação continuada em programas

[2] A realização, pela Contag, do Grito da Terra Brasil destaca-se como uma das principais iniciativas que criaram possibilidades de reivindicação e negociação junto ao Estado, contribuindo para a construção de políticas públicas como o Pronaf.

públicos e espaços institucionais de gestão alterou as formas de representação, os critérios de legitimidade e as relações de poder entre as organizações sociais da região.

Na região do estudo, os primeiros sindicatos, fundados a partir de um processo de organização social e política em pequenas comunidades rurais, deram institucionalidade a um conjunto diversificado de demandas e reivindicações cuja organização foi resultado da ação política de trabalhadores(as) rurais e agricultores(as) familiares de diferentes municípios da região, organizados sob a influência de setores de esquerda da Igreja Católica e de importantes movimentos e organizações sociais ligados à luta pela redemocratização política do país, entre eles a Central Única dos Trabalhadores (CUT)[3].

Desde sua fundação, essas organizações vêm desenvolvendo um conjunto diversificado de ações, entre elas as relacionadas ao acesso aos serviços públicos de saúde e aos direitos sociais, além da mediação jurídica para a formalização de contratos de trabalho e de parcerias entre agricultores para o compartilhamento do uso da terra. Com a criação do Pronaf, em 1996, parte desses sindicatos, seguindo uma tendência do sindicalismo rural em âmbito nacional, acrescentou ao conjunto de suas ações uma série de atividades referentes à implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural. Compõem o escopo dessas ações a criação de novas organizações sociais[4] para acesso a essas políticas, como associações e cooperativas; a elaboração e execução de projetos, a organização e participação em espaços públicos de gestão e controle social, como os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional, os Colegiados Territoriais[5].

[3] Neste texto, o termo Igreja Católica refere-se ao seu setor progressista, alinhado, no período correspondente, ao Concílio Vaticano II, cujos princípios estão relacionados ao trabalho de crítica social e política e à opção pelos pobres, representados, em grande medida, pelos princípios da Teologia da Libertação. Para mais informações, ver Ricci (2002).

[4] Na região pesquisada, lideranças organizadas inicialmente em torno de sindicatos criaram outras organizações sociais, como associações e cooperativas. As principais foram o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), a Associação Regional, o Centro de Estudos, Formação e Assessoria Rural da Zona da Mata (Ceifar-ZM) e as cooperativas de produção e de crédito, estas criadas no início dos anos 2000. No caso das cooperativas de crédito, estas foram organizadas mais recentemente em torno do Sistema Cresol, inicialmente criado no Paraná como Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol). Esse conjunto de organizações tem em comum a base sindical de organização política da agricultura familiar.

[5] A partir da atuação militante junto às organizações sociais da região da Zona da Mata Mineira e dos trabalhos de assessoria realizados junto a esses sindicatos, entre os anos de 2005 e 2012, pude vivenciar a importância atribuída pelas lideranças que dirigem essas organizações à atuação na implementação de políticas públicas. Muitos dos sindicatos pesquisados possuem um profissional – diretor sindical liberado ou funcionário contratado -- para trabalhar com o Pronaf. Alguns também dispõem de uma sala, espaço específico dentro da sede do sindicato, para atendimentos relacionados ao Pronaf e, em alguns casos, também ao Crédito Fundiário. Há sindicatos que possuem dias da semana voltados exclusivamente para esse tipo de atendimento. Além disso, entre os anos de 2008 e 2009, funcionou, na sede de um sindicato, um espaço de

Para a realização da análise, considerou-se, portanto, a atuação na implementação de políticas públicas e nos espaços de participação social como parte de um processo de institucionalização da ação política e da dinâmica de interação desses movimentos sociais com o sistema político, bem como resultado do contexto político. Nessa perspectiva, a implementação de políticas públicas constitui menos um contexto externo à ação coletiva do que uma dimensão constitutiva das transformações organizativas observadas. Ao assumir funções de mediação institucional, elaboração de projetos, gestão de recursos e coordenação territorial, sindicatos, associações e cooperativas passaram a operar segundo novas lógicas de ação, produzindo rearranjos nas formas de liderança, nos critérios de legitimidade política e na distribuição de poder entre diferentes organizações e atores sociais. É justamente esse processo de reconfiguração relacional da ação política que será examinado nas seções seguintes.

As experiências das organizações sociais da agricultura familiar da Zona da Mata nos processos de implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural

A criação de novas organizações sociais pelas lideranças da agricultura familiar configura-se como um processo importante para compreender as relações entre os movimentos sociais e o Estado. Na década de 1990, o fortalecimento da pauta da organização produtiva da agricultura familiar estimulou a criação de associações comunitárias nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que compunham a base social desse movimento. A criação de uma Associação Regional de Sindicatos, em 1996, representou, também nesse período, uma adaptação organizacional das lideranças para, além de realizar ações de articulação e formação políticas, promover ações relacionadas à comercialização de produtos, à organização da produção e ao acesso a recursos públicos.

As primeiras experiências de implementação de políticas públicas, principalmente de comercialização de produtos da agricultura familiar, aconteceram por meio da Associação Regional, com a venda de produtos da região para a Prefeitura de Belo Horizonte, no final da década de 1990. A criação da marca Sítio Mineiro, também ocorrida por meio da Associação Regional, sintetiza, nesse mesmo sentido, uma das primeiras tentativas das lideranças de aprimorar, em nível regional, os instrumentos para a comercialização coletiva e o acesso aos recursos públicos.

Com a criação das políticas públicas de acesso ao mercado institucional, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e a regulamentação da compra de produtos da agricultura familiar pelo Programa Nacional de

articulação do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat).

Alimentação Escolar (PNAE), a garantia do acesso a esses programas passou a ser um importante foco de ação das organizações sociais no que diz respeito à organização da produção e à comercialização de produtos. Uma das principais características desses dois programas é que a compra institucional realizada pelos órgãos públicos – em âmbito federal, no caso do PAA, e em âmbito municipal, no caso do PNAE – só seria possível por meio de cooperativas e associações, excluídas as possibilidades de compras individuais ou por meio dos sindicatos.

A restrição imposta aos sindicatos quanto à possibilidade de comercializar produtos estimulou esse conjunto de lideranças a criar, a partir de sua base social e com o apoio dos sindicatos, associações e cooperativas municipais ou regionais para garantir o acesso às políticas públicas. Um aspecto importante a ser ressaltado é a exigência feita pelos dois programas, tanto às cooperativas quanto às associações, de regulamentação por meio da DAP Jurídica, documento emitido pelo MDA para aquelas organizações que atendessem a um conjunto de exigências, garantindo sua participação como mediadoras dos processos de compra e venda institucionais. De maneira geral, essas organizações deveriam comprovar que sua base social principal era composta por agricultores e agricultoras familiares.

Embora os processos anteriores de criação de associações e cooperativas pelos movimentos também fossem resultado de uma complexificação organizacional e de um processo contínuo de institucionalização política, como ocorreu com a Associação Regional, no caso das novas organizações criadas, seu processo de constituição ocorreu fortemente marcado pelas normativas das políticas públicas, ou seja, para atender às demandas criadas pelo governo e garantir sua atuação política.

A novidade é que, principalmente a partir do início dos anos 2000, com a eleição de Lula e o fortalecimento do MDA, o governo passou a incidir de forma direta nos processos de institucionalização por meio das normativas das políticas públicas. No campo político da agricultura familiar, o MDA implementou ações e programas direcionados ao fortalecimento institucional da agricultura familiar, com orientações sobre a criação e a gestão de associações e cooperativas.

A partir do processo de implementação do PAA e do PNAE e das possibilidades de acesso a recursos e projetos por meio da política de desenvolvimento territorial, novas organizações sociais foram criadas especificamente para acessar políticas públicas. O Ceifar-ZM foi criado em 2003, com três objetivos principais: prestar assessoria contábil e administrativa aos sindicatos que haviam se desligado da Associação Regional no contexto do "racha" sindical[6], representar politicamente esses sindicatos em nível regional

[6] O chamado "racha sindical" refere-se ao processo de ruptura ocorrido entre organizações da agricultura familiar da Zona da Mata Mineira no início dos anos 2000. Embora frequentemente associado à divisão entre Fetraf e Fetaemg, esta pesquisa demonstra que o processo foi mais

e territorial no campo político da agricultura familiar; e atuar no processo de implementação da política pública de desenvolvimento territorial. No conjunto de organizações trabalhado nesta pesquisa, o Ceifar-ZM passou a ocupar, desde 2003, um papel semelhante ao exercido pela Associação Regional e pelo CTA na mobilização e representação política em níveis regional e estadual de temas como desenvolvimento territorial, segurança alimentar, agroecologia, economia solidária, ATER, produção e comercialização.

Entre as cooperativas de produção criadas na região nesse contexto, duas possuem, desde sua fundação, um papel de destaque: a Cooperativa dos Agricultores(as) Familiares de Espera Feliz (Coofeliz), composta pelos municípios de Araponga, Tombos e Espera Feliz; e a Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar Solidária (Coopaf), composta pelos municípios de Muriaé, Miradouro, Fervedouro, Carangola e Rosário da Limeira. Já a Ecosol (Araponga, Tombos e Espera Feliz) e a Creditag (Muriaé, Miradouro, Fervedouro, Carangola e Rosário da Limeira) foram as principais cooperativas de crédito criadas nesse período e, mais tarde, juntaram-se ao Sistema Cresol para a formação da Cresol Zona da Mata e da Cresol Minas. Os recursos do Pronaf Infraestrutura (Proinf), disponibilizados pela política de desenvolvimento territorial do MDA e priorizados pelo Colegiado Territorial para o financiamento das estruturas físicas, da aquisição de veículos e de equipamentos e mobiliários dessas cooperativas, contribuíram não apenas para sua estruturação econômica, mas também para seu fortalecimento institucional e para a viabilização de sua atuação junto à base social. Essas quatro cooperativas configuram-se como as principais organizações que, juntamente com os sindicatos, atuaram na implementação das principais políticas públicas que compõem o contexto tratado neste estudo.

Esse processo de criação de novas organizações sociais ocorrido na região contou com a contribuição da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), que, durante as duas primeiras décadas de funcionamento do MDA, atuou ativamente, por meio de projetos públicos, na capacitação de lideranças da agricultura familiar em diferentes estados brasileiros, contribuindo para o aumento significativo do número de experiências em cooperativismo e organização produtiva desses atores sociais e articulando essas experiências no sentido de seu fortalecimento. Durante a realização de uma das etapas da pesquisa de campo, no ano de 2019, a sede da Unicafes Minas Gerais funcionava na cidade de Fervedouro-MG, um dos principais municípios de articulação política da agricultura familiar da região e, já nesse período, havia conduzido inúmeras formações na Zona da Mata Mineira.

Esse conjunto de atores sociais que se articulou no campo político da

amplo, envolvendo disputas pela condução política do movimento, pela legitimidade da representação e pela ocupação de espaços institucionais, tendo a reorganização sindical como uma de suas principais consequências (Garcia, 2023).

agricultura familiar é importante para seu fortalecimento institucional e para a construção de capacidades organizacionais essenciais aos processos de implementação de políticas públicas que passaram a ser conduzidos pelas organizações sociais.

A compreensão dos processos de institucionalização a partir de uma perspectiva histórica e relacional permite analisar como as demandas trazidas pelas políticas públicas em torno da criação de organizações sociais e da complexificação do trabalho de representação política e da organização produtiva nelas ocorrido ativam capacidades, disputas e dilemas no interior desses movimentos. Analisando a dinâmica das organizações criadas nesse processo, os relatos das lideranças entrevistadas evidenciam as seguintes questões: parte importante dos movimentos, quando da criação dessas organizações, foi desafiada não apenas a acessar as políticas públicas, mas também a dar conta de um conjunto de tarefas relacionadas à própria gestão cotidiana de seu funcionamento; sua criação e seu funcionamento só foram possíveis em contextos nos quais as lideranças da agricultura familiar possuíam um histórico de atuação e legitimidade política, proporcionado por aprendizados necessários à complexidade do processo de implementação dessas políticas; e ocorreu, em boa parte dos casos, um acúmulo de funções para as lideranças do movimento, que se depararam com um conjunto de atividades gerenciais que precisavam ser realizadas conjuntamente com as ações de mobilização política.

Nesse contexto, as lideranças que assumiram a condução dessas cooperativas na implementação do PAA e do PNAE passaram a exercer os papéis de gerir as organizações, elaborar e executar projetos de venda de produtos e mobilizar e organizar agricultores e agricultoras familiares para atender às demandas dessas políticas, como conta o relato que se segue:

> O foco foi o PAA. Na época, [a cooperativa] estava executando um projeto de 373 mil reais, e o Pnae, que começou em 2010 também, na época. [...] Então, as duas fontes principais eram o PAA, o Pnae e a feirinha também, ali embaixo. Trabalhava esses três vieses. De desafios, quando a gente entrou [na gestão da organização], foi a questão do PAA, ele demorar demais para pagar os agricultores. Então, tinha dia de eu quase apanhar ali, porque tinha agricultor que já tinha três, quatro, cinco, seis meses que não recebia. Porque as notas iam, eles avaliavam e falavam que não estava ok. Outra hora ia e a nota era de novembro e eles estavam pagando nota relativa a julho. Então, ficava aquela demora. Aí foi um dos principais desafios. A questão da qualidade dos produtos, porque foi um trabalho feito com os agricultores, de melhorar a qualidade, a aceitação nas escolas. Aí, a gente fez um trabalho com as escolas também, para elas entenderem o processo do produto da agricultura familiar, delas entender que é muito mais fácil você afogar (sic) um pacote de macarrão, que é só você abrir e jogar na panela, do que você lavar uma couve, catar uma couve e picar uma couve. Então, a gente fez um trabalho de formação

> tanto com os agricultores, como com as cantineiras, porque são as principais responsáveis pela alimentação. Então, isso foi um desafio também, essa aceitação. E tivemos também desafio na época, porque nós não tínhamos transporte, então a gente teve que brigar, teve que correr atrás. [...] E, no PNAE, as nossas maiores dificuldades foi a questão do que chegava para você comprar, porque às vezes assim, vinha cotação de maçã, de mamão e nossa região não produz esse tipo de coisa. Então, a gente também teve o trabalho de conversar nas escolas: "olha, nós temos disponível o produto x, não é esse". Para eles entenderem também e fazer uma chamada pública em cima do que a gente tinha. Então, o desafio foi basicamente esse, assim, de se aproximar também das instituições que compram. Foi um desafio nosso. O nosso desafio também, que eu passei nesse meio tempo na cooperativa, foi a questão de capital de giro, que a cooperativa nunca teve, então isso também foi uma dificuldade longa que a gente encontrou, mas, nesse meio tempo, a gente, reunidos, sentamos e criamos o que a gente chama de um Vale Solidário, que foi onde a gente teve até uma parceria grande com a Cresol, isso a gente não pode negar na época. [...] Então, as nossas dificuldades maiores das políticas públicas foram essa questão mesmo de viabilidade, de estruturação, essa questão da demora deles também, de entendimento deles também (Fernanda, entrevista concedida no dia 10 de janeiro de 2019, em Espera Feliz-MG).

Nas questões apresentadas pela liderança, fica evidente que a implementação da política exige um conjunto de ações relacionadas a diferentes atores, como nutricionistas e merendeiras das escolas. Exige também que diversas parcerias sejam estabelecidas para a realização do transporte dos produtos, junto à prefeitura, e para o pagamento dos agricultores e agricultoras, realizado junto à Cresol, considerando os recorrentes atrasos que ocorriam no âmbito da política pública. O relato permite compreender, de forma clara, como a promoção do acesso à política envolveu grande investimento de tempo por parte das lideranças e também de capital político, buscando construir articulações com diferentes atores para tornar possível o processo de implementação.

Uma das lideranças da Coopaf também apresenta elementos importantes para a compreensão das demandas de dedicação das lideranças e dos desafios relacionados à implementação das políticas públicas de compra institucional de produtos da agricultura familiar.

> Então, nós [da Coopaf] tínhamos, começamos em 2011, com 29 cooperados, depois a gente... para outro ano, noventa e poucos... depois a gente foi aumentando. Esse ano a gente está em... até 2018, agora, a gente está com 132 cooperados. Hoje, 132 cooperados, a Coopaf ela tem base regional. Então, nós temos cooperados de Muriaé, Limeira, Barão, Miradouro. A gente tem cooperado de Ervália, um ou dois, tem um de Manhumirim, então assim, a gente tem a maioria centraliza aqui na base das

> nossas localizações. A principal atividade hoje, da Coopaf, é execução do PNAE. É o que segura nós, produtores. [...] O PNAE nosso aqui é Muriaé, todas as escolas municipais, todas as estaduais, e a gente entrega PNAE, produz PNAE para mais 13 municípios da região. Os produtos são verduras, legumes, leite, iogurte. Aí tem fruta, algumas frutas. Agora a gente está pegando para esse ano a questão dos panificados. Conseguimos [licitação pública para entregar produtos da agricultura familiar para merenda escolar] para Laranjal. Para você ter ideia, no ano passado, nossa movimentação deu quase um milhão e duzentos reais, o ano de PNAE. Então assim, é o que segura hoje a cooperativa. Lá no início do PNAE foi muito difícil, então, para você convencer os nutricionistas, o povo queria pôr produtos que a gente não tinha, os nossos agricultores não estavam preparados para entregar merenda escolar. [...] Então, hoje, nós temos na Coopaf um formulário com toda a documentação de cada cooperado. Pelo projeto do CTA, nós conseguimos a aquisição de um software, então hoje, vamos supor, se você quiser saber quanto o seu José entregou durante o ano, você sabe quanto movimentou. Então assim, é um sistema que te dá todas as informações (Adriana Aparecida de Moraes Ribeiro, entrevista concedida no dia 25 de janeiro de 2019, em Muriaé (MG)).

No relato também fica evidente a importância da articulação das cooperativas de produção com organizações de apoio, como o CTA, para a gestão do processo de implementação da política, como observado anteriormente no caso da Unicafes. No caso citado, um software contribuiu para que a cooperativa tivesse o controle da entrega dos produtos pelos agricultores e agricultoras, colaborando também para que estes acompanhassem o balanço de suas entregas à cooperativa. A abrangência regional de atuação também é destacada como um aspecto positivo pela liderança e vai ao encontro do histórico dessa região, onde diferentes organizações sociais atuam junto a uma base social que extrapola os limites municipais desde os primeiros processos organizativos da agricultura familiar. Nesse sentido, a implementação do PNAE também contribuiu para que a cooperativa ampliasse sua base de cooperados e cooperadas, em um processo contínuo de crescimento, e expandisse sua área de implementação da política.

Outro depoimento, também de uma liderança da Coopaf, ilustra de forma bastante clara o conjunto de funções que as organizações assumiram na implementação dos programas de compra institucional da agricultura familiar:

> Eu acho que, quando pega ali, o preço um pouco mais baixo, que a gente tem que pegar a logística, controle da produção, é difícil né, você ter aquele controle. [...] Tem o excesso de produto e fica meio desafiador: como você vai pegar, o que você vai fazer com aquele produto? Que ainda, muitas vezes, o produto não é de primeira linha, uma cenoura da nossa região não vai concorrer com uma cenoura de Caratinga nunca. Como que você paga uma cenoura? [...] Mercadoria, às vezes, o mercado aqui de baixo

> tá pagando quase a metade do preço que a gente paga para o produtor. Então, esses desafios existem, mas o pessoal tem gostado de plantar... inclusive chegou ali embaixo hoje um serviço que eu tenho que fazer, hoje ou amanhã, de separar ali as sementes, ver as sementes que estão boas, tem sementes secando, tem semente que eu pedi ali pro Zé Paulo semear e eu já passar a bandeja pro produtor, né? "Olha, tem uma bandeja de repolho aqui, você quer plantar?" "Ah, na minha área não cabe ela." [...] Tem o desafio aí que é a mercadoria, até porque nós não podemos comprar no mercado, é agricultura familiar e sócio nosso ainda. Então, esse é um grande desafio que tem e a gente tem que tá cuidando dessa produção, tem hora que dá excesso, incentivar, uma [...] Banana, justamente agora, a banana tá passando por uma crise, tem excesso de banana, não vamos conseguir, vamos ver se a gente pega uma cesta cheia na chamada pública e aí talvez tenha jeito de colocar [...] (Antônio Carlos Bagli, entrevista concedida no dia 29 de janeiro de 2019, em Muriaé-MG).

As questões trazidas no relato pelo presidente da Coopaf apresentam algumas das ações das lideranças relacionadas à gestão da produção, à qualidade e à entrega dos produtos pelos agricultores e agricultoras familiares. Logística, controle da produção, qualidade dos produtos e precificação indicam os desafios presentes no cotidiano de implementação do PAA e do PNAE. A ausência de sintonia entre a demanda das chamadas da política pública e a produção oferecida pelos(as) agricultores(as) exige também uma intervenção das lideranças, que passaram a ocupar o papel de mediadoras do processo de compra institucional. As iniciativas de estimular a produção, disponibilizar sementes para o cultivo, mapear preços e produtos são assumidas para viabilizar o acesso à política, para que os(as) agricultores(as) vendam seus produtos e para que a cooperativa atenda às necessidades das chamadas e se mantenha ativa no processo de operacionalização dos programas.

Outros dois programas cujo processo de implementação passava pela necessidade de criação de organizações sociais foram o Programa Minha Casa Minha Vida Rural (MCMV Rural) e o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). O primeiro consistiu no repasse de recursos para a construção de moradias destinadas a agricultores e agricultoras familiares, e o segundo tratava-se de um programa de compra coletiva de terras com recursos subsidiados pelo Governo Federal. Os dois programas funcionavam a partir do repasse de recursos para projetos coletivos, cuja demanda deveria ser apresentada por meio de associação. Na região pesquisada, foram os sindicatos que executaram as duas políticas, desde a organização (identificação e mobilização) dos(as) agricultores(as) interessados(as) em acessá-las, passando pela criação de associações, pela identificação de propriedades com disponibilidade para venda, no caso do PNCF, e pela elaboração de projetos de construção das moradias, no caso do MCMV Rural. Os relatos apresentados a

seguir ilustram bem as experiências vividas pelas lideranças na implementação dessas duas políticas públicas.

> O papel do sindicato na habitação rural foi executar a política, foi elaborar os projetos e conseguir vir o recurso para a construção das casas dos agricultores. Esse foi o papel [...]. Escolher as famílias, que inclusive tem que ser sócio, existe todo um critério dentro do sindicato para participar. Tem que ser sócio há mais de seis meses, estar em dia com a casa. Então, nas questões de habitação é isso e participar das reuniões a nível municipal e a nível estadual também para poder saber o quê que está acontecendo. E o crédito fundiário, que o sindicato também executa e que agarrou umas propostas aqui dentro, que só Jesus na causa. [...] O crédito fundiário hoje, ele é muito bom, a política em si dele, mas muito burocrática (Fernanda, entrevista concedida no dia 10 de janeiro de 2019, em Espera Feliz-MG).

> Quando nós começamos [a implementar o Programa MCMV Rural], em 2007... [...]. Em 2007, porque foi uma política, assim, muito forte, muito forte mesmo, estruturou muito as nossas organizações, porque muitos dos nossos agricultores, talvez conseguissem até comprar um pedaço de terra, mas não tinham condições de fazer a casa. E nós fizemos esse enfrentamento junto à Caixa e a gente conseguiu fazer muita habitação, muita habitação mesmo. [...] Tem muita habitação, só no assentamento deve ter umas 12 habitações. E aí, a gente veio trabalhando nessa política, né, junto com a Fetraf, junto com os sindicatos, muito próximos, e isso nos ajudou muito nesse sentido. Nesse período, de 2007 até 2010, foi um pouco disso, desse travamento do acesso à terra, da habitação rural, da organização da produção e da comercialização com PAA, com PNAE. Isso foi, acho que um dos momentos mais auge que nós tivemos em todos esses programas. Acho que isso foi muito importante (Juseleno da Silva, entrevista concedida no dia 10 de janeiro de 2019, em Espera Feliz-MG).

Os dois programas exigiram um conjunto de ações das lideranças, que passaram a ter como tarefas rotineiras idas ao banco, participação em reuniões, acompanhamento das famílias e articulações locais com o poder público e a Emater. A burocracia da política implicava a necessidade de grande dedicação para que os projetos de compra coletiva de terras e de construção de habitações para as famílias beneficiárias pudessem acontecer. Um aspecto importante trazido nos relatos, no caso da implementação do PNCF, é o papel exercido pelas organizações sociais no acompanhamento das famílias após a compra de terras, mediando a passagem dos agricultores e agricultoras da condição de moradores ou empregados rurais para a condição de proprietários de terra. Essa mudança passou a exigir das famílias habilidades para a gestão da propriedade, envolvendo questões como a compra de fertilizantes e a regularização documental, que antes não compunham suas responsabilidades, mas as do patrão ou proprietário da terra.

> O trabalho com as famílias do crédito fundiário, de não deixar se perder, de estar acompanhando se estão pagando as suas parcelas, o que estão precisando, quais são as dificuldades. Porque a pessoa deixa de ser meeiro e passa a ser proprietário, tem muita dificuldade, porque ele a vida inteira foi meeiro, a partir que ele passa a ser dono do seu, ele fica perdido. Porque ele sempre está ali. Precisa de adubo, quem compra é o patrão e o adubo chega na propriedade. Precisa de documentação, quem organiza é o patrão. Aí, a partir do momento que você passa a ser proprietário, você tem que ter um acompanhamento, senão você se perde. Então, a gente voltou a fazer esse acompanhamento com as famílias, com os agricultores, aproximamos mais do poder público em relação à Emater, com o relacionamento com o técnico, que não faz muito para nós, mas, quando a gente precisa, porque como atende o município inteiro, e agora atualmente é um técnico só, é dificultoso (Fernanda, entrevista concedida no dia 10 de janeiro de 2019, em Espera Feliz-MG).

As experiências relatadas também permitem compreender outras mudanças decorrentes da participação nos processos de implementação de políticas públicas, como aquelas relacionadas às transformações nas funções e nas trajetórias das lideranças dentro das organizações sociais. Uma das principais lideranças entrevistadas para este estudo foi Fernanda, presidente do Sindicato de Agricultores e Agricultoras Familiares de Espera Feliz (Sintraf). Em 2010, Fernanda começou a trabalhar na Coofeliz, a cooperativa de produção dos movimentos sociais da agricultura familiar desse município. Seu primeiro trabalho foi como funcionária da cooperativa, adquirindo experiência em relação às políticas públicas executadas pela organização, principalmente o PAA e o PNAE. A trajetória de Fernanda nas organizações sociais ajuda a compreender alguns aspectos da ação política institucional, à medida que se apresenta como o caso de uma liderança que ingressou no quadro técnico da organização para atender às demandas das políticas públicas e construiu sua trajetória, em certa medida, a partir da competência técnica adquirida e demonstrada no exercício de suas funções.

> Aí um belo dia o Tio Farinhada comentou dentro da casa dele que ia abrir uma vaga para trabalhar na Coofeliz. Eles iam contratar uma pessoa para trabalhar de funcionário na Coofeliz. [...] Mas a minha ligação forte sempre foi na Igreja, que eu sempre participei de coisa da Igreja, tipo assim grupo de jovens, equipe de cântico, ser catequista. Então, a minha base ela é voltada para a questão das CEBs mesmo, dessa participação, de se descobrir nesse movimento [...] Aí vim, comecei a trabalhar na Coofeliz como funcionário. As coisas muito difíceis na época, o pessoal estava reerguendo a cooperativa, porque tinham endividado, tiveram que fazer festinha e tal. Comecei a trabalhar, na época foi por conta do PAA e foi o segundo projeto que foi executado. [...] Aí comecei a trabalhar no PAA. [...] Aí eu fiquei na Coofeliz até 2010, trabalhando e encerrando. E aí passei

> pela coordenação, fui a presidenta. Fizemos um bom trabalho, levantamos toda a cooperativa (Fernanda, entrevista concedida no dia 10 de janeiro de 2019, em Espera Feliz-MG).

Além de o engajamento da liderança nos movimentos sociais estar relacionado aos espaços religiosos e às relações de parentesco, considerando que Fernanda é sobrinha de Farinhada, uma das mais antigas e importantes lideranças dos movimentos sociais rurais do município de Espera Feliz e da Zona da Mata Mineira, ele também se relaciona ao fato de a família da presidente do sindicato ter sido beneficiária da política de crédito fundiário, no ano de 2016, quando passou a morar no Assentamento Padre Jésus, um dos maiores assentamentos do PNCF da região.

> Um dia eu estava na mercearia trabalhando e um tio ligou e falou assim: "Fala com seu pai que, a partir de hoje, vocês são fazendeiros porque as terras saíram". Isso foram seis anos de espera, nove anos... [...]. Isso foi em 2006. Aí liguei lá para casa e todo mundo gritando de alegria e felicidade e tudo. Aí foi onde meu pai deixou mesmo o que tinha lá, onde a gente estava morando, e veio para onde é o assentamento hoje, onde eu moro, o Assentamento Padre Jésus (Fernanda, entrevista concedida no dia 10 de janeiro de 2019, em Espera Feliz-MG).

Tanto na experiência de acesso à política pública quanto no exercício do cargo de funcionária da cooperativa, em que era responsável por funções administrativas necessárias à execução das políticas públicas, o engajamento da liderança é mobilizado e reforçado no exercício de funções técnicas, contribuindo para a decisão de uma das lideranças mais antigas de convidar Fernanda para o cargo de presidente da Coofeliz e, mais tarde, para a presidência do Sindicato. O relato permite perceber que existe uma identificação da liderança como boa gestora, principalmente por suas habilidades na execução de políticas públicas e na gestão das organizações, tanto da cooperativa quanto do sindicato. O engajamento religioso iniciado nas CEBs, relatado pela liderança, contribui para que exista certa sintonia no trabalho político, permitindo conjugar a boa gestão, a ação técnica baseada na competência e a ação política mobilizadora junto à base social. Destaca-se, contudo, a peculiaridade de a liderança "trabalhar para o movimento" desde o início de sua relação com as organizações sociais, recebendo destas as condições econômicas necessárias para o exercício dessa ação política.

A partir da análise da trajetória de Fernanda, é possível perceber como a execução de políticas públicas interfere na dinâmica dessas organizações, permitindo que outras características sejam consideradas na escolha das lideranças: aquelas pessoas nas quais o movimento irá investir seu capital financeiro, confiar cargos de responsabilidade e possibilitar processos de formação.

O perfil do bom gestor também aparece na narrativa de um presidente

do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Muriaé. Eduardo é uma liderança oriunda de Belisário, distrito que possui uma trajetória de participação nas CEBs e no sindicato, configurando-se como uma das comunidades que constituem a base do movimento social da agricultura familiar da região. O cargo de presidente sindical foi o primeiro exercido por ele nas organizações. Destaca que sua participação anterior ocorreu na Igreja e que foi também por meio desses espaços que conheceu os movimentos e suas organizações. Após assumir o sindicato, sua capacidade de gerir a organização, pagando e evitando dívidas, sobressai como característica de um bom presidente.

Entre os presidentes de sindicatos entrevistados, os casos de Fernanda e Eduardo ganham destaque em relação à importância atribuída à capacidade técnica e de gestão nas organizações. Argumentamos que essa ênfase dada aos processos de gestão e à capacidade de lidar com documentos e prestação de contas está relacionada aos processos de institucionalização da ação política, principalmente àqueles ligados à implementação de políticas públicas por essas organizações e à necessidade de maior dedicação aos processos de gestão, organização de demandas, regularização de sócios, entre outros. Em geral, esses processos exigem habilidades relacionadas ao manejo de documentos, ao acesso a recursos financeiros e a uma certa "gestão empresarial" no interior do sindicato, da associação ou da cooperativa que operacionaliza determinada política pública, seja o PAA, o PNAE, o PNCF ou o MCMV Rural.

Algumas dessas habilidades, entretanto, não são comuns a todas as lideranças engajadas que participam dos quadros diretivos das organizações. A alteração decorrente da ação institucional diz respeito ao privilégio, para os quadros de gestão, daquelas lideranças com tais habilidades, em alguns casos em detrimento daquelas que apresentam um perfil mais mobilizador, predominante entre boa parte dos diretores e presidentes ao longo dos anos 1980 e parte dos anos 1990. Embora as vinculações religiosas, familiares e comunitárias continuassem sendo determinantes para a entrada de agricultores e agricultoras nesses movimentos e organizações, suas capacidades técnicas de gestão passaram a ser essenciais para que ocupassem cargos e fossem considerados bons diretores ou boas diretoras, bem como bons presidentes ou boas presidentas.

Outro ponto relevante, resultante das novas competências que passam a ser valorizadas no interior dessas organizações, está relacionado ao surgimento de um dilema entre a valorização dos aspectos técnicos e dos aspectos políticos. Resguardadas as especificidades do trabalho de gestão necessário à boa condução dos sindicatos e, principalmente, das cooperativas, no caso da Zona da Mata Mineira, são os laços de proximidade e as relações sociais e afetivas que estão na base do conjunto de ações e iniciativas das organizações que conformam esses movimentos sociais. Existe, nessa região, um conjunto de comunidades e famílias que é mobilizado quando as lideranças do movimento precisam, por exemplo, constituir uma nova organização, seja uma cooperativa

ou uma associação, ou quando ocorre um problema, como um endividamento institucional. Há um conjunto de atores que se reúne para estruturar, inclusive financeiramente, essas organizações de movimentos sociais.

Essa relação entre o técnico e o político configura-se, portanto, como um dilema das organizações de movimentos sociais no contexto da institucionalização da ação política. Esse dilema se apresenta nos relatos pela importância atribuída pelas lideranças à boa gestão financeira das organizações sociais. Manifesta-se também nos relatos de frustrações decorrentes de situações em que as lideranças, embora reconhecidas pela importância de seu papel político, acabaram gerando problemas financeiros e de gestão. O dilema que envolve essa relação no interior das organizações também compõe uma narrativa carregada de frustrações relacionadas às trajetórias políticas assumidas por lideranças mais antigas desses movimentos, principalmente aquelas que exerceram cargos públicos e assumiram mandatos encabeçados pelas organizações sociais, afastando-se delas durante o exercício do mandato e gerando frustrações identificadas na trajetória desses movimentos.

Além disso, ocorre também na região uma alternância entre as lideranças na composição dos quadros diretivos das organizações, principalmente entre cooperativas, associações e sindicatos, de acordo com o tipo de ação política priorizada e com as políticas públicas implementadas por cada uma delas. A condução desses processos mobilizava capacidades políticas e técnicas das lideranças e estimulava uma certa dinâmica de alternância nos quadros de gestão. Por meio dos relatos das lideranças e também da observação participante realizada em espaços das organizações, foi possível acompanhar processos de decisão em que as lideranças trocavam de posição entre os quadros de direção do sindicato, da associação ou da cooperativa, tanto nas organizações de atuação municipal quanto naquelas de atuação regional.

Principais resultados da pesquisa

A análise da trajetória de organização política dos agricultores familiares da Zona da Mata Mineira apresenta alguns aspectos das relações e interações entre movimentos sociais e Estado, bem como dos processos de institucionalização da ação política delas decorrentes. Os primeiros passos dos agricultores e agricultoras dos municípios da região no sentido de formar organizações de representação política foram marcados por um amplo processo de mobilização, definição de bandeiras de luta e formalização de demandas e interesses. A luta por melhores condições de vida, cidadania e direitos uniu um conjunto diverso de agricultores em torno de temas comuns. Esse processo confirma a interpretação de Comerford (1999; 2003) de que o sindicalismo rural não se constitui apenas como organização de representação de interesses, mas também como espaço de produção de sociabilidades e identidades políticas. A legitimidade das lideranças não derivava

exclusivamente da capacidade de formular reivindicações, mas da inserção em redes comunitárias, religiosas e familiares que sustentavam a construção de uma identidade coletiva entre agricultores até então dispersos social e politicamente.

O sindicato consolidou-se nesse período como ferramenta de luta dos agricultores e agricultoras e continuou sendo construído pelas lideranças como espaço e instrumento de promoção do bem comum, quase uma extensão das CEBs e da Igreja. Em alguma medida, a organização política sob a forma de sindicato também camuflou a diversidade de atores e de problemas existente no cotidiano do meio rural da região. Essa diversidade, entretanto, foi se revelando à medida que a complexificação organizacional e os efeitos da institucionalização da ação política se aprofundavam.

A criação dos sindicatos evidenciou uma série de conflitos nas comunidades e famílias dos municípios da região. À medida que o trabalho religioso das CEBs se vinculava cada vez mais a um trabalho político que envolvia o sindicato e, mais adiante, um partido político, uma série de fissuras se apresentou, implicando a consolidação de determinados grupos sociais na direção dessas organizações. O papel exercido pelos sindicatos na emissão da declaração de atividade rural, na mediação de processos trabalhistas rurais e no acesso à aposentadoria rural mantém essas pautas presentes na organização, sem que elas, entretanto, continuem definindo os eixos centrais de sua atuação. Com a aproximação dos sindicatos das pautas relacionadas à organização produtiva, à comercialização e às tecnologias alternativas, reforçam-se as demandas daqueles que possuem terra para trabalhar e têm nela maior autonomia para produzir.

A emergência da agricultura familiar como categoria política não significou apenas uma nova forma de nomeação institucional dos sujeitos rurais, mas também uma redefinição dos grupos cuja representação passou a concentrar maior legitimidade no interior do movimento sindical. Como resultado, determinados segmentos – especialmente os pequenos proprietários – ampliaram sua capacidade de influenciar agendas e ocupar posições dirigentes, enquanto trabalhadores assalariados, parceiros e moradores de fazenda perderam centralidade relativa. Esse deslocamento evidencia que a institucionalização também produz mecanismos internos de inclusão e exclusão política, reorganizando as fronteiras da representação coletiva.

As pautas que passaram a ser conduzidas junto ao CTA (produção de sementes, tecnologias alternativas no uso do solo e uso de insumos agrícolas menos nocivos) vinculavam-se mais fortemente às famílias de pequenos agricultores proprietários. A redução do uso de defensivos agrícolas ou agrotóxicos nas lavouras também era uma pauta relacionada aos(às) agricultores(as) moradores(as) de fazenda, trabalhadores(as) rurais sem terra, parceiros(as) e meeiros(as), considerando que eram esses atores que manejavam esses produtos nas propriedades, sendo responsáveis por sua

aplicação nos cultivos. A pauta, sem dúvida, era comum a uma parte importante da população rural pobre da região e contribuiu, por um longo período, para que o movimento sindical mantivesse vínculos com esses atores e com uma base social mais ampla, cujo diálogo acontecia tanto em nível municipal quanto regional.

A organização produtiva e a comercialização de produtos por meio das associações seguiram, nesse contexto, uma crescente aproximação das organizações sindicais com a pequena agricultura. Essas questões ganharam espaço nos sindicatos à medida que as pautas relacionadas às lutas por direitos previdenciários ficaram, em alguma medida, restritas à emissão da declaração de atividade rural, com poucas manifestações coletivas organizadas em torno da luta contra a precariedade do trabalho no campo ou pela melhoria das condições de vida. Já no final dos anos 1990, foram as estratégias regionais de comercialização, com a criação da Associação Regional, que ocuparam a agenda dos sindicatos. A pauta "Em defesa da vida e do meio ambiente", amplamente trabalhada pela CPT e também pelos sindicatos, representa, em alguma medida, uma continuidade do exercício de um papel humanista de respeito e promoção da vida em um contexto de crescente especialização da dinâmica organizacional.

Ao longo da pesquisa, ficou evidente que o processo de institucionalização desses movimentos ocorre com intensidades diferentes dentro da própria rede de movimentos. As organizações sindicais, diante do processo de institucionalização e complexificação organizacional, acolhem e encampam uma variedade de bandeiras de luta, desde a organização produtiva, a comercialização de produtos e a criação de marcas até questões mais abrangentes relacionadas ao meio ambiente, à saúde, à homeopatia e ao manejo alternativo do solo. Essa capacidade de envolver uma pluralidade de pautas de luta política está relacionada à diversidade de atores e mediadores sociais e políticos, representados, na região, pelo CTA e pela CPT, que ampliaram, exatamente na década de 1990, seu papel junto às mulheres rurais e à juventude em questões historicamente subalternizadas no interior desses movimentos.

A criação da Associação Regional, seu funcionamento e sua divisão após o "racha" sindical configuram-se como alguns dos mais complexos processos de institucionalização e de transformação das práticas políticas no interior desses movimentos. Seu funcionamento e sua sustentabilidade política e financeira foram, eles próprios, resultado da capacidade das lideranças políticas da agricultura familiar de estabelecer parcerias com diferentes atores do sistema político, como prefeitos de grandes cidades e parlamentares. Ocorre uma diversificação dos atores que compõem a rede desses movimentos, modifica-se a configuração das organizações sociais de representação da agricultura familiar da região no campo político e são construídos canais de diálogo mais complexos com o poder público local e federal. Esse processo de

complexificação organizacional e de institucionalização política, entretanto, mantém suas bases fortemente ancoradas nas principais lideranças desses movimentos e não exclui processos mobilizatórios e organizativos no âmbito de suas bases sociais, como ocorreu com os temas anteriormente citados, a exemplo das práticas alternativas de saúde e do uso de agrotóxicos.

Sob essa perspectiva, a Associação Regional pode ser compreendida como uma inovação organizacional produzida pelo próprio processo de institucionalização. Sua criação ampliou a capacidade de coordenação regional das organizações, mas também concentrou novos recursos políticos, financeiros e organizacionais, tornando-se objeto privilegiado das disputas pela representação legítima da agricultura familiar. O "racha sindical", portanto, não constitui um episódio isolado de fragmentação, mas a expressão das transformações produzidas pela redistribuição desses recursos no interior do campo político.

Outro importante processo de institucionalização da ação política ocorrido no âmbito desses movimentos está relacionado ao lançamento de candidaturas de lideranças a cargos públicos, estratégia amplamente adotada pelas organizações sindicais na década de 1990. Incentivada pela Igreja Católica, principalmente nos espaços das pastorais da juventude, e pelo PT, a candidatura de lideranças sindicais rurais ocorreu de forma ampla na região. Muitos agricultores e algumas poucas agricultoras lançaram candidaturas para o Legislativo municipal, tendo os sindicatos como principais mobilizadores e apoiadores. Além da ampliação do número de representantes políticos da agricultura familiar na esfera legislativa municipal, essa estratégia teve como objetivo ampliar a presença dos sindicatos no cenário político municipal.

O incentivo às candidaturas de lideranças sindicais evidencia outro desdobramento da institucionalização: a ampliação das fronteiras entre movimento social e sistema político. Mais do que buscar representação parlamentar, as organizações passaram a investir na ocupação de posições estratégicas no interior do Estado, ampliando sua capacidade de influência sobre as políticas públicas locais. Esse movimento reforça interpretações que compreendem as interações socioestatais como constitutivas da própria ação coletiva, e não como um fenômeno externo a ela (Abers; Serafim; Tatagiba, 2014).

A dinâmica organizacional desses movimentos e os processos de institucionalização da ação política que os compõem (ou que se constituem ao longo de sua trajetória) são marcados por disputas internas pelo poder, que conduzem a diferentes respostas às oportunidades políticas institucionais. A forma como o poder está distribuído entre as lideranças interfere diretamente nos processos políticos de implementação de programas governamentais, indicando uma relação complexa entre institucionalização e representação política no âmbito desses movimentos. A capacidade das lideranças de conduzir e articular a estrutura organizativa para o acesso aos espaços institucionais

interfere nos resultados da participação institucional desses movimentos. Assim, se determinada liderança possui capacidade de articulação com o poder público municipal, por exemplo, melhores são as condições para que as organizações do movimento acessem oportunidades de financiamento público ou projetos governamentais, como no caso dos projetos do Pronaf Infraestrutura e dos projetos territoriais.

Nas configurações possíveis desse campo, é comum que lideranças mais antigas desses movimentos, que possuem grande capacidade de influência sobre as organizações em nível municipal ou regional, consigam conduzir processos de parceria entre a sociedade civil do meio rural e o poder público. As lideranças mais novas ocupam, nesses movimentos, um papel importante na gestão da burocracia e dos processos administrativos demandados pela implementação dessas políticas públicas. A valorização crescente das competências técnico-administrativas produziu ainda efeitos relevantes sobre as relações de gênero. Em determinados contextos, habilidades relacionadas à gestão documental, à elaboração de projetos e à administração cotidiana das organizações passaram a constituir recursos legítimos de autoridade política. Como consequência, algumas mulheres romperam padrões tradicionais de divisão sexual do trabalho político e passaram a ocupar cargos historicamente reservados aos homens, indicando que a institucionalização também produz novas possibilidades – embora desiguais – de redistribuição do poder entre diferentes grupos sociais.

Nos municípios em que existiam lideranças dos movimentos sociais ocupando cargos públicos no Executivo ou no Legislativo municipal, eram maiores as condições de articulação política para o acesso às políticas públicas e para sua implementação, como ocorreu no caso dos projetos coletivos do Pronaf Infraestrutura, dos projetos territoriais, do PAA e do PNAE. Nos municípios pesquisados, a presença de lideranças dos movimentos que se tornaram vereadores ou vice-prefeitos teve papel essencial na canalização de recursos e na viabilização dos processos de implementação de políticas públicas, bem como na composição e no funcionamento de espaços de participação institucional, como os CMDRs e o Colegiado Territorial. No caso da política territorial, por exemplo, quando havia lideranças do movimento ocupando cargos no poder público municipal, a relação entre a prefeitura e as organizações regionais, como o CTA, era facilitada. Enquanto isso, naqueles municípios em que essa presença não ocorria ou não havia uma boa relação entre o poder público municipal e os sindicatos, os técnicos da Emater tinham seu espaço de participação referendado pela prefeitura e confrontavam, em geral, o CTA e as organizações regionais, por exemplo, votando contrariamente aos projetos apresentados por esses atores.

Esses municípios também possuíam organizações da agricultura familiar com DAP Jurídica regular, formalizadas, aptas a acessar recursos ou a assumir o papel de gestoras dos projetos territoriais, com grande número de

filiados, quadro social devidamente constituído e, em todos os casos, alguma liderança reconhecida por esses atores ocupando os cargos de direção.

O espaço institucional ocupado pelas organizações da agricultura familiar em determinadas políticas públicas só foi possível devido a um processo histórico de organização política e institucional iniciado nesses municípios nos anos 1980. O acesso às oportunidades institucionais oferecidas nesse contexto tornou-se possível em um cenário no qual a dinâmica organizacional dos agricultores e agricultoras havia levado à constituição prévia de organizações e à construção de articulações políticas locais ao longo dos anos.

Os resultados da pesquisa apontam que o exercício de atividades e funções nos programas e nas políticas públicas interfere nos processos de tomada de decisão e aciona uma série de disputas no interior dessas organizações e junto aos demais atores envolvidos no campo político da agricultura familiar. As organizações confrontam-se com a necessidade de desempenhar novas funções, cumprir novas exigências legais e executar novas atividades, que reconfiguram seu modo de funcionamento, suas demandas e os processos de representação política.

A intensa atuação dos movimentos sociais nas políticas públicas interferiu na dinâmica de aproximação dos agricultores com as organizações e no engajamento de novos atores políticos, bem como nos critérios de ocupação dos cargos de direção e na dinâmica de representação política desses agricultores. Parte das lideranças entrevistadas, principalmente jovens e mulheres, relatou ter conhecido a existência de sindicatos, associações e cooperativas da agricultura familiar durante a busca pelo acesso a alguma política pública, seja buscando o crédito do Pronaf, a moradia do Programa Nacional de Habitação Rural ou a comercialização de seus produtos por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Além disso, a partir das entrevistas, é possível identificar um grupo de lideranças mais jovens que ascendeu politicamente nos sindicatos, cooperativas e associações e passou a ocupar cargos de direção em razão de suas habilidades técnicas e da capacidade de exercer funções administrativas. Há ainda lideranças que relataram ter sido convidadas a ocupar cargos de direção em razão do reconhecimento adquirido pelo trabalho na execução de alguma política pública.

Além disso, a criação de novas organizações sociais para atender às exigências das políticas públicas altera as relações de poder na rede desses movimentos. Sindicatos, cooperativas e associações têm sua relevância avaliada pelas lideranças segundo a lógica do acesso às políticas públicas, alterando os critérios de definição das prioridades de alocação de recursos do movimento e intensificando as disputas por cargos e posições de direção política entre os agricultores nessas organizações.

Os resultados apontam ainda para a existência de diversos dilemas relacionados às inúmeras funções e papéis exercidos pelas lideranças na

implementação de políticas públicas. Os agricultores entrevistados afirmam que o trabalho de base ocorreu de forma cada vez menos intensa, gerando alguns problemas para a organização, como a diminuição das ações de mobilização relacionadas à luta por novos direitos, bem como do envolvimento em ações de caráter mais reivindicativo. Entretanto, a atuação na implementação de políticas públicas é apontada pela maioria das lideranças entrevistadas como prioridade para a agenda das organizações sociais, uma vez que a presença nos espaços institucionais de participação e a promoção do acesso às políticas públicas contribuem para sua legitimidade no campo político e viabilizam parte de sua sustentabilidade econômica. Ademais, a promoção do acesso às políticas públicas configura-se como uma forma de a organização mobilizar engajamentos, mobilizar novos agricultores e formar lideranças.

As políticas públicas e seus espaços de participação social, que foram resultado de lutas sociais, passaram a reunir novamente atores sociais em torno de temas comuns, como crédito fundiário, desenvolvimento territorial e segurança alimentar. Novos conflitos também surgem, principalmente a respeito de quem irá gerir as políticas e os recursos públicos que lhes são destinados.

A institucionalização da ação política é composta por processos de disputa pela participação nos espaços públicos de decisão do sistema político, nos partidos, nos canais institucionais de participação social e nas políticas públicas. É composta também por processos de disputa internos aos movimentos sociais e às suas organizações, relacionados à ocupação de cargos de direção, à remuneração pelo exercício do trabalho político, ao exercício de influência sobre a política local e à disputa por cargos eletivos. Essa dinâmica é orientada para o aumento do capital político das organizações sociais, mas também gera disputas no interior dessas organizações. A dimensão que esses conflitos adquirem pode implicar a desmobilização da organização, como ocorreu com a Associação Regional. Essa desmobilização está menos relacionada à incapacidade de gerir recursos financeiros e mais fortemente ligada às disputas e aos interesses em torno do aumento do capital político no interior das organizações.

Os resultados permitem tensionar interpretações que opõem contestação e institucionalização como alternativas mutuamente excludentes. Conforme argumentam Abers e Von Bülow (2011), Tatagiba (2011) e Silva (2015), os movimentos sociais constroem repertórios híbridos de interação com o Estado. O caso analisado demonstra, contudo, que tais interações produzem efeitos que extrapolam a relação entre Estado e sociedade: elas reorganizam também as relações de poder no interior dos próprios movimentos. A institucionalização revela-se, assim, um processo relacional que produz capacidades organizativas, redefine critérios de representação e reorganiza posições de autoridade, deslocando o foco analítico da simples participação

para os efeitos estruturantes das interações socioestatais.

Considerações finais

A trajetória das organizações da agricultura familiar da Zona da Mata Mineira evidencia que a construção da ação coletiva esteve inicialmente assentada em formas de legitimidade produzidas por vínculos comunitários, religiosos e territoriais. Mais do que organizações de representação de interesses, os sindicatos constituíram-se como espaços de produção de identidades coletivas e de mediação política, articulando repertórios religiosos, comunitários e reivindicativos. Nesse sentido, a formação do sindicalismo rural regional aproxima-se da interpretação de Comerford (1999; 2003), para quem a ação sindical se ancora em relações de sociabilidade e parentesco, e dialoga com a literatura sobre mobilização política inspirada nas Comunidades Eclesiais de Base (Martins, 1989; Medeiros, 1989).

A pesquisa demonstra que a institucionalização das políticas públicas não apenas ampliou as oportunidades de participação, mas também alterou os próprios mecanismos de produção da autoridade política no interior das organizações. A literatura recente sobre interações socioestatais tem demonstrado que os movimentos sociais não abandonam repertórios de contestação ao ingressarem em arenas institucionais; ao contrário, passam a combinar diferentes modalidades de ação (Abers; Serafim; Tatagiba, 2014; Silva, 2015). No caso analisado, entretanto, esse processo produziu um efeito adicional: a transformação dos critérios pelos quais a liderança passou a ser reconhecida como legítima. Competências administrativas, domínio da linguagem burocrática e capacidade de operar os instrumentos das políticas públicas converteram-se em recursos políticos centrais, indicando uma reconfiguração dos princípios de hierarquização do campo organizacional (Bourdieu, 2005; Fligstein; McAdam, 2012).

A valorização crescente de competências técnico-administrativas não constitui apenas uma mudança funcional das organizações, mas uma transformação nos critérios socialmente reconhecidos de legitimidade política. À medida que a implementação das políticas públicas passou a exigir domínio de instrumentos burocráticos, elaboração de projetos e gestão financeira, emergiu um novo princípio de diferenciação entre as lideranças. O capital político deixou de estar associado predominantemente à capacidade de mobilização coletiva e passou a incorporar competências técnico-administrativas, produzindo uma redistribuição dos recursos legítimos de autoridade no interior das organizações. Esse processo aproxima-se da noção bourdieusiana de transformação dos princípios de hierarquização dos campos sociais (Bourdieu, 2005; 2007), ao mesmo tempo em que dialoga com a literatura sobre a institucionalização dos movimentos sociais, segundo a qual as

novas arenas estatais produzem novos repertórios de atuação e novas formas de reconhecimento político (Abers; Serafim; Tatagiba, 2014; Silva, 2015).

A redução relativa das atividades tradicionais de mobilização não deve ser interpretada como abandono da ação coletiva, mas como deslocamento dos investimentos organizativos para arenas institucionais nas quais a disputa política passou a ocorrer por meio da gestão de programas, da negociação de recursos e da ocupação de espaços participativos. Como sugerem Abers, Serafim e Tatagiba (2014), a institucionalização não implica a substituição da contestação pela cooperação, mas a diversificação dos repertórios de interação entre movimentos sociais e Estado. No caso estudado, entretanto, essa ampliação dos repertórios produziu efeitos desiguais sobre a distribuição do trabalho político, tornando a gestão cotidiana das políticas públicas uma dimensão central da reprodução das organizações.

A criação de cooperativas, associações e organizações especializadas para a operacionalização das políticas públicas alterou a estrutura relacional do campo político da agricultura familiar. Mais do que ampliar o número de organizações, esse processo modificou os mecanismos de acumulação de capital político, redistribuiu posições de autoridade e redefiniu os critérios pelos quais determinadas lideranças passaram a ser reconhecidas como representantes legítimos. Nesse sentido, a institucionalização produziu uma reorganização do próprio campo, fazendo com que recursos antes periféricos – domínio técnico, capacidade administrativa e acesso aos instrumentos burocráticos do Estado – passassem a ocupar posição central na disputa pela representação política (Bourdieu, 2005; Fligstein; McAdam, 2012).

Referências bibliográficas

ABERS, Rebecca; VON BULOW, Marisa. Movimentos Sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e Sociedade? **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 52-84, set./dez. 2011.

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: a experiência na era Lula. **DADOS. Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 325-357, 2014.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil**. (1964-1984). Tradução de Clóvis Marques. 5ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1989.

ANDRADE, Ilza Araújo Leão de. Conselhos de Desenvolvimento Rural: um espaço adequado para pensar o desenvolvimento local? In: SCHNEIDER, Sérgio;

SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi Marques. (Orgs). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. 2ª Edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 233-250.

RICARDO, Antunes. **O Novo Movimento Sindicalismo no Brasil**. 2 ª Edição Revisada e Ampliada. Campinas, São Paulo: Pontes, 1995.

BORGES, Maria Eliza Linhares. **Utopias e Contra-Utopia**: Movimentos Sociais rurais em Minas Gerais (1950-1964). Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1988.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. 2ª Edição Revista. Porto Alegre: Zouk, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. 2ª Edição. 1ª Reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 10a Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 6ª ed. Tradução Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 2005.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Referências para o desenvolvimento rural sustentável**. Brasília (MDA/IICA), Textos para Discussão, n. 4, 2005. 33 p.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Referências para a gestão social dos Territórios Rurais**: Guia para o controle social. Brasília (MDA/IICA), Textos para Discussão, n. 4, 2006. 59 p.

CINTRÃO, Rosângela Pezza. **ONGs, Tecnologias alternativas e representação política do campesinato**: uma análise da relação entre o Centro de Tecnologias Alternativas e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais na Zona da Mata Mineira. 1996. Dissertação (Mestrado em ciências sociais em desenvolvimento, agricultura e sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

COMERFORD, John Cunha. **Fazendo a luta**: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

COMERFORD, John Cunha. **Como uma família***:* sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

CORDEIRO, Ângela; SCHMITT, Cláudia Job; ARMANI, Domingos. **Organizações sociais rurais diante do ajuste**: o caso do Brasil. Mimeo, 2003.

CÔRTES, Soraya Vargas; SILVA, Marcelo Kunrath. Sociedade Civil, Instituições e Atores Estatais: interdependências e condicionantes da atuação de atores sociais em Fóruns Participativos. **Estudos sociológicos**, Araraquara, v. 15, n. 29, p. 425-444, 2010.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Revista Política e Sociedade**, n. 5, p. 139-164, 2004.

FAVARETO, Arilson. **Agricultores, trabalhadores**: estudo sobre a representação política dos agricultores familiares brasileiros organizados na CUT. Campinas, Dissertação de Mestrado, IFCH/Unicamp, 2001.

FAVARETO, Arilson. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais – RBCS**, v. 21, n. 62, p. 27-44, 2006.

FAVARETO, Arilson. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Iglu: Fapesp, 2007.

FLIGSTEIN, Neil; McADAM; Doug. **A Theory of Fields**. New York: Oxford University Press, 2012.

GARCIA, Elisa de Jesus. **Entre promessas e contradições**: dilemas da ação política na trajetória do sindicato de Trabalhadores Rurais de Muriaé-MG. Dissertação de Mestrado (Universidade Federal de Viçosa). Viçosa, MG, 2013.

GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sérgio (Orgs.). **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

HOUTZAGER, Peter P. **Os últimos cidadãos**: conflito e modernização no Brasil Rural (1964-1995). Tradução Graziela Schneider. São Paulo: Globo, 2004.

LAVALLE, Adrian Gurza; VON BULOW, Marisa. Sociedade civil e institucionalização da intermediação: brokers diferentes, dilemas semelhantes. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 13. n. 28. set/dez. 2014.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a Política no Brasil**: As lutas sociais no campo e o seu lugar no processo político. 4ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1990.

MARTINS, José de Souza. **Caminhada no Chão da noite**: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo. São Paulo: HUCITEC, 1989.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **História dos Movimentos Sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Trabalhadores Rurais, agricultura familiar e organização sindical. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 11, n. 2, p. 65-72, abr./jun. 1997.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Os trabalhadores do Campo e desencontros nas lutas por direitos. In: CHEVITARESE, André Leonardo. (Org.) **O campesinato na História**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

PICOLOTTO, Everton. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, DF, v. 52, p. 63-84, 2014.

PICOLOTTO, Everton; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. A formação de uma categoria política: os agricultores familiares no Brasil contemporâneo. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (org.). **Agricultura familiar brasileira**: desafios e perspectivas de futuro. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 342-366.

SCHNEIDER, Sérgio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 3, p. 511-531, jul./set. 2010.

SCHNEIDER, Sérgio et al. (Orgs). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. 2ª Edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SILVA, Márcio Gomes da. **Políticas públicas de desenvolvimento rural e organizações de agricultura familiar em Espera Feliz –MG**. 2010. 127f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2010.

SILVA, Marcelo Kunrath. Movimentos sociais no Brasil: institucionalização e contestação. In: **Anais III** Congreso Latinoamericano y Caribeño de Ciencias Sociales, FLACSO-Ecuador, Quito, 26 a 28 de agosto de 2015.

SILVA, Marcelo Kunrath. Sociedade civil e construção democrática: do maniqueísmo essencialista à abordagem relacional. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 156-179, jul./dez. 2006.

SILVA, Marcelo Kunrath. De volta aos movimentos sociais? Reflexões a partir da literatura brasileira recente. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 46, n. 1, p. 2-9, jan./abr. 2010.

SILVA, Marcelo Kunrath; SCHMITT, Cláudia Job. Políticas em rede: uma análise comparativa das interdependências entre o Programa de Aquisição de Alimentos e as redes associativas no Rio Grande do Sul e na Bahia. In: **Anais** 36°. Encontro Anual da Anpocs, 2012, Águas de Águas de Lindoya: Anpocs, 2012.

SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. Democratização e políticas públicas de desenvolvimento rural. In: SCHNEIDER, Sérgio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi Marques. (Orgs).

Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. 2ª Edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 9-20.

TATAGIBA, Luciana. A questão dos atores, seus repertórios de ação e implicações para o processo participativo. In: PIRES, Roberto Rocha C. (org.). **Efetividade das Instituições Participativas no Brasil**: perspectivas, abordagens e estratégias de avaliação. Brasília: IPEA/PRODEP, 2011.

Elisa de Jesus Garcia
Pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS), e professora visitante da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutora em Ciências Sociais pelo CPDA/UFRRJ, mestre em Extensão Rural e graduada em História pela Universidade Federal de Viçosa (UFV).
E-mail: elisajgarcia@gmail.com
Lattes: http://lattes.cnpq.br/7750529855003280
ORCID: https://orcid.org/0009-0003-7542-6647